

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL

MARIA LEANE DOS SANTOS

O ESPAÇO COMO LUGAR DE MEMÓRIA EM OS *SERTÕES*

PATU
2017

MARIA LEANE DOS SANTOS

O ESPAÇO COMO LUGAR DE MEMÓRIA EM OS SERTÕES

Monografia apresentada ao Departamento de Letras do *Campus* Avançado de Patu (CAP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) como requisito obrigatório como obtenção do título de licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas.

Orientadora: Prof. Ma. Larissa Cristina Lopes Viana

PATU
2017

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

S2371 Santos, Maria Leane dos
O Lugar como espaço de memória em Os Sertões. /
Maria Leane dos Santos. - PATU, 2017.
35p.

Orientador(a): Profa. M^a. Larissa Cristina Viana Lopes
Lopes.

Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Memória. 2. Euclides da Cunha. 3. Sertão. 4.
Canudos. I. Lopes, Larissa Cristina Viana Lopes. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III.
Título.

MARIA LEANE DOS SANTOS

O ESPAÇO COMO LUGAR DE MEMÓRIA EM OS *SERTÕES*

Monografia apresentada ao Departamento de Letras do *Campus* Avançado de Patu – CAP – da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – como requisito obrigatório para obtenção do título de licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas.

Aprovado em __/__/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Larissa Cristina Lopes Viana
Orientadora CAP/UERN

Profa. Ma. Maria Gorete Paulo Torres
1ª Examinadora CAP/UERN

Profa. Ma. Annie Figueiredo
2ª Examinador CAP/UERN

PATU
2017

A ti, maravilhoso Deus, dedico este significativo degrau alcançado em minha vida; ao senhor meu genitor Gilberto Santos, cada palavra que aqui percorre foi sem sombra de dúvidas elaboradas ladeadas à sua batalha pela existência, fortalecendo-me a cada recaída; a você minha filha, Ana Livia, minha razão de viver; meu amigo, confidente e incentivador de toda essa conquista, José Benedito; a minha mãe Luciene Evaristo, e minha madrinha Maria José Paulo Torres, elas que me educaram, vocês são meus pilares.

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao digno momento permitido por Deus de chegar até aqui, e por todos aqueles que fazem parte da minha vida, que me incentivaram, me apoiaram e até mesmo pelas críticas, elas me impulsionaram a acreditar que eu seria capaz de alcançar este ideal.

Grata a minha orientadora Ma. Larissa Cristina, por ter aceito a missão de me orientar e por confiar na minha competência, pela compreensão em todas as etapas de elaboração, por ter sido uma docente tão dedicada em suas aulas, talvez tenha sido a sua forma aplicada de repassar seus conhecimentos que me tornou uma amante da literatura, que me influenciou a seguir esta linha de pesquisa.

Aos mestres que nos acompanharam durante esse percurso genial (Gorete Torres, Ananias Silva, Francisco Vieira, Gercina Dalva, Fernando Guedes, Antônia Moraes, Socorro Santos, Maria da Luz, Sueli Timóteo, Balbino Neto, Guianezza Saraiva, Lailsa Ribeiro, Luciana Nery, Cláudia Tomé) que proporcionaram todo este tempo de aprendizado, deixando nossas manhãs proveitosas e significativas.

A minha família, que sempre se faz presente em todos os momentos de nossas vidas, a minha rainha, mãe e amiga de coração brando que soube me sustentar em cada passo, Luciene Evaristo; a princesinha que tanto caminhou comigo por longos dias na jornada até a faculdade, com sua doçura e inocência de criança me fez acreditar no alcance desse objetivo, minha filha Ana Lívia; aos meus irmãos (Luciana Santos, Laênia Gardênia, José Gilbevagner).

Aos colegas, pelo companheirismo e por não deixaram faltar as palavras de apoio e incentivo nos momentos que sentimos fraquejados, em especial, João Eudes, Thaísa Gabriella, Francinete Alves, Ranya Maygia, Maria do Céu, Márcia Maria, Alina Féliz, Zita Holanda.

A minha madrinha e professora Maria José Paulo Torres, que sempre me incentivou e mostrou desde os meus primeiros anos escolares que por meio da educação é que se caminha ao alcance dos nossos objetivos, ela, que nunca me deixou faltar o lápis e o papel quando meus pais não podiam comprar.

GRATIDÃO!

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolhe de outra época o alento.

Ecléa Bosi.

RESUMO

A memória, conforme Halbwachs (2003) é a faculdade de manter e lembrar situações de consciência passadas e tudo o que se associe a eles, é uma das características humanas designadas a construção do conhecimento, e da preservação da identidade do sujeito. Mas rememorar é também a forma como manter relações com o espaço e as imagens que arranjam o ambiente. Diante disto, o objetivo desta pesquisa é analisar o espaço na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, compreendendo como acontece o processo de construção desse espaço de guerra como lugar de memória, por meio da escrita de um republicano frente a um “foco monarquista”, Canudos. Para dar sustentação a este trabalho, fundamenta-se em discussões sobre memória com Halbwachs (2003) e Bosi (1994), e sobre questões importantes acerca do autor da obra com Bettiol e Hohlfeldt (2011). Assim, compreendemos que as lembranças do espaço que se desvendou o conflito, se reconstroem por meio dos fatos vivenciados e registrados por Euclides da Cunha, sendo possível a comprovação de que a composição deste ambiente compactua com o sofrimento vivido pelos indivíduos que integram no referido espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Euclides da Cunha. Sertão. Canudos.

ABSTRACT

Memory, as Halbwachs (2003) is the faculty of to maintain and to remember past situations of conscience and everything associated with them, is one of the human characteristics called the construction of knowledge, and the preservation of the subject's identity. But to remember again is also the form how to maintain relationships with the space and the images that arrange the environment. In view of this, the objective of this research is to analyze the space in Euclides da Cunha's work *Os Sertões*, understanding how to happens the process of constructing this space of war as a place of memory through the writing of a republican before a "monarchist focus", Canudos. To support this work, it is based on discussions about memory with Halbwachs (2003) and Bosi (1994), and about important questions about the author of the work with Bettiol and Hohlfeldt (2011). Thus, we understand that the memories of the space that has uncovered the conflict, are reconstructed through the facts lived and recorded by Euclides da Cunha, and it is possible to understand that the space is constituted through of the arid and sad images that define the wilderness.

Key words: memory. Euclides da Cunha. wilderness. Canudos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MEMÓRIA COLETIVA E ESPAÇO COMO LUGAR DE MEMÓRIA	12
3 UM REPUBLICANO NO SERTÃO “MONARQUISTA”: CONSTRUINDO MEMÓRIA ATRAVÉS DO ESPAÇO.....	19
3.1 Memória e espaço em <i>Os Sertões</i>	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Quando alguém se insere em um espaço, adequa-se a ele e memoriza as imagens que arranjam o ambiente. Sobre isso, Halbwachs (2003, p. 159) relata que: “O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras”. O teórico descreve a comparação destacando que a ocupação de um espaço é fixada em na memória por meio das figuras que constituem o ambiente, sem que o mesmo seja extinto ou substituído.

Com fundamentos nas discussões iniciadas, esta pesquisa objetiva analisar o espaço em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, compreendendo sua importância para a memória cultural/histórica brasileira, considerando pensamentos e concepções do autor republicano sobre a campanha de Canudos.

Diante deste objetivo, têm-se os específicos: caracterizar a construção do espaço na obra *Os sertões*; compreender a construção do espaço, considerando a relação espaço/memória; verificar a descrição do espaço enquanto lugar que guarda memórias de guerra.

Para esta análise do espaço na obra, que é o sertão, lugar entendido como região agressiva e distante, o espaço em que se desenrolou o conflito entre tropas do governo e os sertanejos baianos na narrativa Euclidiana, é necessário se pensar o conceito de sertão na própria obra.

O sertão é definido por Cunha (1907) como “tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura”. O sertão descrito pelo autor como um espaço fora do contexto social do país, lugar de povos sem importância, sem cultura, sobretudo considerado um lugar em que os valores não ocupam a ordem esperada é o que constitui o objeto de estudo desta pesquisa, considerando-o como lugar de memórias do conflito durante a campanha de Canudos.

A escolha de trabalhar com a obra *Os sertões* surgiu de um estudo em sala de aula nas disciplinas de Literatura Brasileira, através do qual se teve um conhecimento mais amplo por causa do desenvolvimento de um seminário partindo da leitura da obra. Além disso, a análise de obra literária e a linha de estudo são quesitos com os quais há identificação pessoal desde o desenrolar de disciplinas voltadas à literatura durante o curso de Letras.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, que, conforme pondera Andrade (2009, p. 114), “neste tipo de pesquisa os fatos são [...], analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”, isso comunga com os objetivos do trabalho e lembra a não intervenção que a pesquisa requer.

Quanto aos métodos de abordagem, a análise é caracterizada pelo método indutivo (ANDRADE, 2009), pois se trata de uma ideia surgida a partir da leitura da obra que induziu a construção do projeto e o desenrolar da investigação. Daí o uso evidente da documentação indireta que, conforme Andrade (2009, p. 125), “fazem parte da documentação indireta a pesquisa bibliográfica [...]”, tendo em vista que a análise se norteará por documentos já existentes.

Considerando o exposto, fica claro que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, pois não se aponta como uma pesquisa rigorosamente pronta, consente que a mente e a capacidade criadora induzam investigadores a sugerirem trabalhos que descubram novos aspectos, mas não se interessa por dados estatísticos.

Para fundamentar a pesquisa, apoia-se em discussões teóricas sobre espaço como lugar de memória, a partir das ideias de Bosi (1994) e Halbwachs (2003), entre outros autores que versam sobre essas questões.

Este trabalho é constituído por duas partes: o primeiro capítulo aborda o trabalho da memória (individual e coletiva) e a importância do espaço enquanto lugar de memória; o segundo capítulo discute e analisa a evocação a construção/descrição do espaço sertanejo na obra supracitada, considerando o sertão baiano como lugar de memória do conflito de Canudos.

2 Memória coletiva e espaço como lugar de memória

Todo e qualquer episódio já acontecido, ou seja, tudo que designamos de passado, não pode ser alterado, e toda tentativa de resgatá-lo ficará decisivamente imprecisa pelo fato de não se repetirem absolutamente acontecimentos com seu real sentido de efeito. “Entretanto, o tempo da história, que denominamos imaginário, depende ainda do tempo real, que subsiste na consecutividade do discurso em que se afunda [...] para utilizarmos expressão anteriormente empregada [...]” (NUNES, 1999 p. 27). Entendemos, assim, que a narrativa do passado não corresponde à adaptação adequada do acontecido para o contemporâneo, mas faz parte da necessidade humana pesquisar o passado e, para isso, faz-se necessário refletir sobre o tempo.

Não realizamos aqui uma discussão sobre a categoria do tempo, embora isso seja explorado mais à frente nesta discussão, e da adaptação dos sujeitos a essa marcação temporal; antes a noção de tempo aqui é exposta apenas como contextualização do acontecimento tendendo a sua recuperação pela memória, até porque “[...] o tempo não passa, o tempo é estático, o tempo é, nós é que estamos passando pelo tempo [...]” (BOSI, 1994 p. 416).

Para a recordação dos fatos se faz necessário “reviver” o que nosso passado representou. Bosi (1994, p. 53) entende que: “a lembrança é a sobrevivência do passado”, ou seja, é por meio das recordações que mantemos vivos todos os acontecimentos, é através da nossa memória que se conservam os fatos passados.

Halbwachs (2003) relata que a recordação dos acontecimentos incide através da lembrança coletiva “[...] a lembrança é como a fronteira e o limite: ela está na interseção de muitas correntes do ‘pensamento coletivo’”. (HALBWACHS, 2003 p. 13). A recordação se delimita pela aderência de vários fluxos do conjunto de pensamentos, relembrar fatos carece do trabalho de memória em conjunto, coletivamente.

Assim, uma sociedade necessita das recordações de indivíduos que conviveram no passado e os indícios deixados por estes, para que seja possível descrever os episódios já ocorridos. Conforme Bosi (1994, p.90), “a memória é a faculdade épica por excelência”, isto é, a memória se destaca pela imensa qualidade social. A autora destaca também a importância da continuidade da historicidade perpetuar por todas as origens, pois “a história deve reproduzir-se de geração a

geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original [...]”. (BOSI, 1994 p. 90).

A memória é percebida como a faculdade humana responsável pela conservação do passado, dos experimentos vividos: “O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente [...]” (BOSI 1994, p. 48). Logo, os fatos ocorridos permanecem no ontem e, mesmo com tal permanência, age na contemporaneidade.

Halbwachs (2003) caracteriza memória coletiva e memória individual de forma que o passado é organizado sob o modo da lembrança. Se o passado for protegido em volta de um determinado indivíduo que nota esse passado conforme a sua percepção, denomina-se de uma memória individual, interior ou particular. De outro modo, se as lembranças se espalham dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais, trata-se de uma memória exterior ou social. O autor ressalta que a memória coletiva não ultrapassa os limites do grupo e retém do passado tão somente o que ainda está vivo ou o que é capaz de viver na consciência desse grupo.

De acordo com o mesmo autor as duas memórias, individual e coletiva, entrelaçam-se, uma vez que a memória individual agrupa e assimila progressivamente todas as contribuições exteriores oferecidas pela memória coletiva, sustentando-se nesses dados para completar casuais espaços e tornar as lembranças individuais mais evidentes.

Assim, a memória individual é influenciada pela coletiva, pois é inevitável que

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2003, p. 72)

A evocação de lembranças, mesmo que seja do passado de um único indivíduo, carece da atuação da memória coletiva, pois a memória individual trabalha em detrimento desta, o que significa dizer que a reconstrução da memória não é um processo solitário, mas um procedimento grupal.

Ressalva-se a importância da análise de fatos passados os quais fazem parte da construção de sucessivas recordações de um indivíduo, e, por algumas vezes este

pode não reconhecer a importância de fatos, mesmo sendo noticiados e datados na história da humanidade. Conforme Halbwachs (2003, p. 75)

[...] somente bem mais tarde é que podemos associar as diversas fases de nossa vida aos acontecimentos nacionais. [...] nada mostraria mais claramente que na realidade estudamos dois objetos distintos quando fixamos nossa atenção quer na memória individual, quer na memória coletiva.

Assim sendo, apenas com o passar do tempo é que se integra os acontecimentos da nacionalidade às etapas da existência e se recorre aos fatos por meio de testemunhos que reforcem a memória, ou seja, um indivíduo isolado não consegue adquirir relatos em mente sem a participação do coletivo, (HALBWACHS 2003). A sociedade faz parte dessa reconstrução de fatos passados como uma espécie de recordação por indivíduos mais antigos.

Distintos são os pontos que constroem a memória, os quais, além de consolidarem e aferirem exatidão às lembranças, concordam com as memórias individuais até tornarem homogêneas, de modo que não possuam mais distinção entre as lembranças adotadas de fora e as lembranças ditas individuais: “A memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças” (HALBWACHS, 2003, p. 98). A partir disso, entende-se que a fronteira entre memória individual e memória coletiva é traçada por uma linha tênue que, por vezes, mescla-se, não dando para compreender a divisão no trabalho dessas memórias.

Pode-se entender, então, conforme o mesmo autor, que a memória individual não está encerrada em torno de si mesma, livre das influências de outras memórias, mais do que isso, é impossível utilizá-la fora da sociedade. Por isso, a recorrência a referentes externos também especifica que todas as memórias estão limitadas no tempo e no espaço segundo estes referentes. Prontamente, a memória está em constante interação, sendo adaptada de forma apropriada pelas influências sociais e coletivas às quais está exposta.

A recordação, entendida como atividade construtiva e racional da mente, precisa de um meio social consciente para que se realizem os grandes marcos da memória da sociedade (HALBWACHS, 2004 p. 56). Deste modo, para recordar os acontecimentos lógicos da mente, é necessário um ambiente igualitário para alcançar os limites da noção de coletividade, já que a memória tem um fundo social, coletivo.

Ninguém poderia lembrar-se realmente de alguma coisa fora da esfera da sociedade, uma vez que a evocação de memórias é consecutivamente feita apelando aos outros, seja ao grupo familiar ou demais grupos.

Os estudos explorados por Halbwachs citam, deste modo, uma vertente para a noção de memória e exhibe então as representações sociais que constituem essa memória. Para ele, mesmo que visivelmente reservada, a memória remete a um grupo; o sujeito transporta em si a lembrança, mas está sempre em interação com a sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (2003, p. 30).

Neste aspecto, a memória coletiva liga a memória do grupo e cada membro desse grupo com ela se identifica. O grupo é portador da memória e esta fica em consenso conforme as afinidades que se constituem dentro do próprio grupo. “Não há lembranças que reapareçam sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos” (HALBWACHS, 2003, p. 42).

Para que uma lembrança seja distinta e recuperada, os atores sociais necessitam procurar marcas de proximidade que os permitam permanecer como membro de um mesmo grupo, compartilhando as mesmas lembranças. Se isso não ocorre, segundo Halbwachs (2003, p. 39 - 40) pode-se dizer que se esvaece uma memória coletiva e os componentes desse grupo podem se perguntar:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles.

A falta de contato com um determinado grupo com o qual se construíram muitas memórias, provoca a ausência de tais lembranças por parte da pessoa que já não tem nenhum tipo de relação ou convivência com tal grupo, pois só se recorda conforme as representações que se conservam e se adequam aos fluxos das lembranças, denominados por Halbwachs de “quadros sociais de memória”.

A sequência dessas representações de lembranças, que operam sobre os indivíduos em distintas situações, é que consente a rememoração e revigora a memória coletiva, no grau em que se determina o que ela deve lembrar e/ou esquecer.

Para tanto é possível destacar que o processo de reconstrução e lembrança permite também a representação de índices e marcos de eventos históricos que diferem para a concepção de diferentes causas e acontecimentos.

Um indivíduo não conhece a si mesmo se ele não tiver a possibilidade de se retirar de suas delimitações contemporâneas, “não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. [...] uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito” (BOSI 1994, p. 81). Sem a compreensão dos fatos passados não existem recordações de tais fatos, a lembrança é joia ainda bruta que necessita ser aperfeiçoada pelas experiências vividas, pois auxilia na compreensão daquilo que cada pessoa é.

Ainda que a lembrança faça parte de um episódio longínquo no tempo, a relação com os sujeitos que também vivenciaram aquelas circunstâncias, ou com os espaços em que elas ocorreram, consentem a rememoração daqueles episódios, num entrelaçamento entre memória individual e memória coletiva. Isso expõe que [...] “a representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas” (HALBWACHS, 2003, p. 61). A reprodução dos fatos ocorridos por meio da memória individual nada mais é que uma maneira de se adotar as instruções dos aspectos coletivos ligados aos próprios fatos, ainda que não se perceba o que cada um constitui e constrói diante da coletividade.

Múltiplas são as causas que cooperam para que uma lembrança chegue à tona, seja individualmente ou em grupo. Recorrendo a essa memória, é necessário “regressar” ao período do acontecimento sucedido e, nesse regresso, destacar, além dos sujeitos envolvidos, o tempo em que aqueles acontecimentos transcorreram. Neste aspecto, recebe destaque nos estudos de Halbwachs (2003) a noção de tempo.

O tempo é discutido pelo autor não como recuperação apropriada do dia, mas como uma lembrança de um tempo, o que faz com que aos poucos se tenha o reviver de uma lembrança, ou seja, o tempo não se adapta como uma cobrança de um momento, mas como a recordação de uma época, fazendo gradualmente uma rememoração. A identificação de um contexto temporal, que individualiza aquele

evento perante muitos outros, pode permitir que ele fosse lembrado por meio de marcas que dão destaque quando se pensa sobre o período em que ele aconteceu. Para essa relação entre a noção de tempo como “localização temporal de um fato”, Halbwachs (2003, p. 125) destaca que,

Não deixa de ser verdade que, em grande número de casos, encontramos a imagem de um fato passado ao percorrermos o contexto do tempo – mas, para isso, é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças.

Desse modo, pode-se discorrer que, em diversas circunstâncias, rememorar o período em que um episódio aconteceu, discorrendo em como se admitiu naquele momento, com quais indivíduos permaneceu envolvido, o que aquele evento constituiu em determinada época, pode contextualizá-lo com mais nitidez e fazer com que se recorde com mais lucidez o acontecimento. Nas palavras de Halbwachs (2003, p. 156), “os limites até onde retrocedemos assim no passado são variáveis segundo os grupos e é o que explica porque os pensamentos individuais conforme os momentos [...] atingem lembranças mais ou menos remotas”. Para o teórico, os marcos até onde regressamos ao ocorrido são modificados de acordo com os grupos, e isto é o que esclarece, porque os pensamentos particulares baseados nos períodos em que ocorrem alcançam recordações distantes.

Outro conceito importante para o trabalho de rememoração tanto quanto o de tempo é o de espaço, estes ganham a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num espaço. O lugar proporciona a imagem de conservação e da permanência, todas as atuações do grupo podem ser demonstradas em termos espaciais, o espaço ocupado pelo grupo é um agrupamento de todos os dados da vida social e cada detalhe tem uma definição compreensível aos membros do grupo.

Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele (HALBWACHS 2003, p. 163).

No mesmo véis que o espaço traz lembrança de uma maneira de ser comum a muitos homens, faz lembrar, também, tradições distintas, de outros tempos, principalmente, faz recordar indivíduos e semelhanças sociais atreladas a ele. Deste

modo, é, sucessivamente, fonte de testemunhos. “Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais” (HALBWACHS 2003, P. 162). Logo, a cultura de um lugar combate os esforços que se aproximam com o propósito de modificação, o que consente perceber que a memória coletiva se sustenta nas figuras que compõem os espaços.

Diante desta discussão, entende-se que as formações coletivas mais importantes da sociedade estão ligadas ao espaço, sendo difícil voltar ao passado sem retornar à imagem espacial. Todo entendimento necessário de um grupo social se conecta ao lugar recordado, retomando esta recordação por meio das imagens que compõem o espaço.

Deste modo, a atuação da memória como reconstrução dos acontecimentos, incide na junção das lembranças coletivas e suas construções, adaptando-se os ícones que compõem o espaço em rememoração, aos fatos vivenciados em determinado ambiente.

De acordo com essas discussões, passa-se agora ao capítulo de análise desta pesquisa, o qual objetiva investigar o espaço na obra *Os sertões*, entendendo sua importância para a memória cultural brasileira, percebendo, portanto, o sertão baiano descrito por Euclides da Cunha como lugar de memória da guerra de Canudos.

3 Um republicano no sertão “monarquista”: construindo memória através do espaço

Para entender a construção do espaço na obra “Os sertões”, é necessário conhecer quem construiu este espaço, em que contexto e com quais pretensões. Por isso, passa-se, neste momento do texto, à uma breve discussão sobre Euclides da Cunha, a fim de se compreender “a cabeça” do jornalista autor da obra aqui estudada,

para que se possa perceber a relação entre pensamentos e formação do escritor com a escrita sobre o espaço no livro.

O texto exposto por Ventura (1994) nos relata que Euclides da Cunha sempre manteve sua inquietação com as revisões do novo regime republicano. “A revisão da república é central na obra de Euclides da Cunha, revelando uma preocupação que manteve ao longo da vida. Está presente nos artigos que escreveu para jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, de 1888 a 1892, e na maior parte de seus livros” (VENTURA 1994, p.275).

Euclides da Cunha (1866-1909) foi um escritor, jornalista, professor brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro, em 1866, filho de Manuel Rodrigues da Cunha Pimenta e Eudósia Alves Moreira da Cunha, ficando órfão de mãe aos três anos de idade, e sendo educado pelos tios e avós. Com 19 anos, ingressou na Escola Politécnica, onde cursou um ano de Engenharia Civil. “Euclides ingressou em 1886 na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, centro de irradiação de idéias positivistas e republicanas” (VENTURA 1994, p. 275). Expulso da academia, por afrontar o ministro da guerra do império, vai para São Paulo e em 1889 publica no jornal *O Estado de São Paulo*, uma série de artigos nos quais defendia ideais republicanos. “Seu primeiro artigo, “A pátria e a dinastia”, saiu em 22 de dezembro de 1888” (VENTURA 1994, p. 277).

Depois de proclamada a República, Euclides da Cunha volta para o Rio de Janeiro e retorna ao exército. “Euclides só soube da proclamação da República na manhã do dia seguinte, 16 de novembro, através dos jornais e de um colega da Politécnica, [...]” (VENTURA 1994, p. 279). Cursa de 1890 a 1892, a Escola Superior de Guerra, formando-se em Engenharia Militar e bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, afastando-se do exército, em 1896, passa a trabalhar em São Paulo como superintendente de obras e voltar a colaborar para o jornal *O Estado de São Paulo*.

Em agosto de 1897, foi convidado pelo jornalista Júlio de Mesquita para testemunhar as operações do exército na guerra de Canudos, no sertão baiano. Suas mensagens eram transmitidas por telégrafo, para o jornal paulista. Enviado como correspondente ao Sertão da Bahia, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, para cobrir a guerra no município de Canudos, o escritor narra e analisa os acontecimentos da guerra.

Além de relatar a guerra, o engenheiro-escritor mostrava ambições de historiador e de cientista, abordando o clima e a vegetação do semi-árido, a raça, o homem e os costumes do sertão, a formação de Canudos e a biografia do Conselheiro. Discutia ainda a fundação da República por meio de um golpe militar e os problemas que tal origem trouxera ao novo regime. Criticava, de forma aguda, quer o militarismo dos primeiros governos, quer o liberalismo artificial de uma Constituição que as elites civis violentavam por meio de fraudes e manipulações eleitorais (VENTURA 1994, p.284).

O jornalista não somente relatou a guerra, como também elencou todo o cenário que constituía o espaço em Canudos. Debateu sobre o fundamento da república através de um golpe e as dificuldades que tal procedência ocasionou ao novo regime, criticando de maneira sutil o artificialismo da constituição que as elites abusavam de forma enganosa e manipulada.

Autor da obra *Os Sertões* publicada em 1902, cinco anos depois do término da guerra, Euclides da Cunha relata não só o que presenciou na guerra, mas explica o fenômeno cientificamente. Esse mesmo sertão, sobre o qual a obra primordial de Cunha se debruça, fez com que o autor tivesse uma importância singular tanto no âmbito literário, como também no histórico e sociológico. Em 1903 é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Euclides da Cunha cruzou com a descrença da militância pela República quando passou a vivenciar os guias do novo regime, numa mudança que se deu entre o início dos estudos militares e a cobertura da guerra de Canudos. Sua saída do Exército, em 1896, foi parte de seu crescente distanciamento frente à corporação e à República, sendo expulso do Exército por ação do próprio imperador.

Procedeu também de sua incompetência para a carreira militar, que estabelecia a veneração, ainda que ofuscada, às hierarquias corporativas, mesmo nos casos em que a autoridade se atribuía pela força e pelo arbítrio. Este distanciamento se expôs, em *Os sertões*, em que apontou culpadas as tropas republicanas pelo massacre dos habitantes de Canudos.

A atuação de Euclides da Cunha na desenvoltura como jornalista e historiador militar para o jornal *A província de S. Paulo*, ocorreu logo após a proclamação da República em 1889. Foi o desempenho jornalístico que lhe proporcionou a ocasião de reportar o conflito de Canudos, no sertão Baiano: “O jornal era o mais eficiente veículo de comunicação de massa no Brasil do final do século XIX [...]”. (HOHLFELDT, 2011 p. 19). Canudos estava ficando “famosa”, as notícias precisavam chegar a todo

o país, logo, o papel que Cunha desempenhou durante a campanha foi de suma importância para noticiar as informações.

O “evento” Canudos e a cobertura jornalística de Euclides da Cunha fazem parte da história da imprensa brasileira. É ali que surge a figura do repórter como um “enviado especial”, produzindo notícias sobre as novas da expedição. Canudos aparecia em reportagens diárias em importantes jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. (FILHO, 2011 p. 54).

O trabalho do escritor durante o acontecimento em Canudos torna-o membro da história jornalística brasileira. Foi por meio deste afazer que brotou a imagem do escritor como um repórter exclusivo que lançava notas originais durante a campanha. Canudos surgia diariamente nos jornais mais extraordinários dos principais estados brasileiros.

Vejamos a seguir, o destaque que os jornais evidenciavam ao falar sobre o fato. Na manchete aqui exposta, do jornal da capital do estado do Rio Grande do Norte compara o episódio em Canudos, como a guerra do fim do mundo, o 34º Batalhão da Infantaria do estado seguia para Canudos com um efetivo de 36 oficiais e graduados além de 225 cabos e soldados. A guerra passa a ser assunto diário nas primeiras páginas nos jornais de Natal.



Ao se deslocar para o estado da Bahia “Euclides da Cunha colocava-se claramente contrário aos rebeldes e em favor da República como na valorização da tropa” (HOHLFELDT, 2011 Pg. 18). O escritor era anti-monarquista e abolicionista,

permitindo assim uma visão progressista da história, que compreendia a guerra de Canudos por aquilo que era divulgado, uma desordem contra a república pretendendo a volta do regime monárquico. Com base neste entendimento é que,

Talvez seja possível precisar que Euclides, na partida para Bahia, acreditava na legitimidade da intervenção do Estado para manter a ordem republicana [...]. O que ele viu levou a inverter as posições: o Estado passou ao ato criminoso, e o sertanejo à defensor de sua casa, de seu espaço. (SANSEVERINO, 2011 p. 35).

Seria, portanto, plausível que o autor, ao seguir para o local o qual seria palco de suas reportagens, confiar que a influência pela legalidade do estado servia para conservar a ordem republicana, mas ao presenciar o conflito e sem esquecer as razões deste, percebeu que o governo passava para a posição de delituoso e o sertanejo a lutar pela defesa de seu lugar e de sua habitação. No entanto, o trabalho do jornalista se torna amplo,

[...] e pode-se aplicar, sobretudo, a Euclides da Cunha, seu trabalho é grande e se tornou imortal porque foi feito no calor da hora. É testemunho, naquela linha, que pouco depois John Reed realizaria com o mundialmente reconhecido dez dias que abalaram o mundo, é o relato do aqui e agora, melhor característica do jornalismo, trazendo o distante para o perto e o passado para o presente, sempre atualizado. (HOHLFELDT, 2011 Pg. 30).

O escritor nos possibilita compreender que a obra é feita de um passado que foi tornado perto, a partir de sua escrita como jornalista que mostrou em toda a narração os recursos da memória a que recorria para descrever e definir Canudos.

Adentrando no território baiano, Cunha testemunhava qual seria sua exata missão, “fui convidado em S. Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da campanha. [...] além de estar em jogo a felicidade da República, [...]” (CUNHA, 1866-1909, p. 169).

O fato de o jornalista defender a ordem republicana não significava que ele fosse a favor da barbárie que a ordem pública pretendia colocar em prática para a execução da comunidade baiana. Para o autor, existia outra maneira como tentativa de solução para o problema, “[...] Euclides sabe que não é mais possível um mundo isolado, que o avanço da modernização chegaria ao sertão, ao mesmo tempo ele sabe que a forma como se dá o contato é desastroso” (SANSEVERINO, 2011 p. 36).

A confiança do escritor na busca para a solução do problema, era através da educação. “A crença de Euclides no poder civilizatório da educação, que implica em

transformar essa comunidade para inseri-la na ordem da nação, que seria substituído dos rifles, da violência destrutiva do exército. [...] a guerra não seria a medida legítima” (SANSEVERINO, 2011p. 39).

Desta maneira, “a obra de Euclides da Cunha constitui-se como um marco para refletirmos como se constroem estereótipos e preconceitos, como esses modelos de representação se disseminaram em nosso imaginário nacional” (HOHLFELDT, 2011 p. 14). Já que o próprio jornalista desconstruiu concepções que possuía sobre o novo governo e as novas ideias republicanas que, sendo benefício para uma nova política de igualdade, não chegava com lucidez aos sertanejos de Canudos.

O escritor acreditava que os acontecimentos no arraial do interior da Bahia, seria um fato paralelo aos episódios da revolução francesa, entendia que a luta entre o exército e os componentes do espaço em análise, tratava de uma restauração da monarquia, mas, ao seguir para o local, o autor pode comprovar que se vivenciava uma revolução mista e religiosa, não propriamente política. “Canudos teria sido o resultado da instabilidade dos primeiros anos de uma República, decretada "de improviso" e introduzida como "herança inesperada" ou "civilização de empréstimo", que copiava os códigos europeus” (VENTURA 1994, p. 284). Logo, evidenciamos que o episódio em Canudos foi decorrência da vicissitude do início de uma república estabelecida como súbita colocada como legado improvisado ou civilização cedida.

3.1 Memória e espaço em *Os Sertões*

Instigado pela lembrança do massacre de Canudos, ato que se consolidou como um relato híbrido de história jornalismo e literatura, o pré-modernista Euclides da Cunha (1866-1909), publicou, em 1902, *Os sertões*, obra na qual se destacam os acontecimentos da guerra de Canudos, que ocorreu no interior da Bahia, durante 1896 e 1897, liderada, de um lado, por Antônio Conselheiro (1830-1897) e os jagunços, de outro, pelo novo governo republicano brasileiro.

Os sertões é uma obra entendida em todos os campos de informação, independentemente das escolhas ideológicas e muito além da roda dos leitores instruídos, como obra canônica, instauradora da identificação sertaneja e nacional. A obra é, desde o dia da sua publicação, um livro essencial da nação brasileira.

Rememora-se, aqui, os grandes marcos do espaço que compõem um arraial em meados do século XX, período em que o país estava sendo marcado por diversas mudanças políticas e sociais, fatos estes de suma importância em que se evidenciou tais acontecimentos neste respectivo lugar, sertão localizado no interior do estado da Bahia.

Toda a poética do livro *Os Sertões* se fundamenta nas seletas que Euclides faz da natureza. O escritor situa simbolicamente relações entre o sertão e homem, a natureza e a guerra. A formação geológica da natureza, descrita pelo jornalista, é tida como uma relação comum à formação das raças do lugar onde vive o sertanejo.

As noções que o escritor tinha como engenheiro aliadas ao empenho pelas ciências naturais consentiram a preparação de uma pequena experiência sobre o espaço, a geologia nordestina. Ao expor o ambiente sertanejo, o jornalista acentua a aparência de uma paisagem torturada, forçada a viver fortes contrastes porque "[...] compraz-se em um jogo de antíteses" (CUNHA 2002 p. 38), entre os verões queimados e os invernos torrenciais. É esta constituição desequilibrada que provoca a esterilidade do solo e dá à região um semblante extravagante e violento, onde prevalece a vegetação agreste, de caatingas, mandacarus, solo pedregoso e sol intenso.

O autor apresenta relato físico dos aspectos naturais que definem o espaço, "o sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte. [...] as vicissitudes climáticas daqueles que nele se exercitem com a mesma intensidade, [...] definida numa palavra [...] a seca" (CUNHA 2002, p. 64). Logo, as instabilidades do clima que predominam no espaço se definem por sua formação geológica.

A batalha pela sobrevivência no espaço de aparência comovente, é fato recordável pelo autor e comparado por um ambiente oposto. "A luta pela vida que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, [...] ali, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater" (CUNHA 2002, p. 70). Enquanto os lugares de terra úmida, arborizados, necessitam da busca incansável pela luz para manter-se em vida, a terra seca e árida procura pelo desvio dessa luz escaldante mesmo que seja imprescindível desviar para manter-se viva.

Pode-se perceber a conciliação do espaço sertanejo com o castigo sofrido pelas estiagens, "Ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os ares urentes, empedra-se o chão, gretando, [...] e como um cilício dilacerador, a

caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos...” (CUNHA 2002, p. 72). O desconforto torturante presente na caatinga se amplia sobre o solo através das ramarias de espinhos que se escoam por toda a terra rochosa.

O espaço seco e sofrido, porém, pode ser visto por um certo tempo de forma alegre e exuberante, é por volta de uma mudança climática “no empardecer de uma tarde qualquer, de março, [...] nuvens volumosas abarream ao longe os horizontes. É uma mutação de apoteose” (CUNHA 2002, p. 78 - 79). O autor destaca a afloração do ambiente seco, uma mudança de grande exaltação para aquela terra seca, período distinto em um dado momento do ano, mas que surge de forma passageira, e logo o ambiente volta a seu aspecto triste e sofrido. Assim, o autor relata que essa mudança de clima acontece de maneira afortunada, mas, em curto prazo e depressa:

Passam-se um, dois, seis meses venturosos, derivados da exuberância da terra, até que surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeguem, a pouco e pouco, e caíam, as folhas e as flores, e a seca se desenha outra vez nas ramagens mortas das árvores decíduas... (CUNHA 2002, p. 83).

Logo, a prosperidade de dias afortunados desaparece de forma silenciosa e amaldiçoada, até que a paisagem volte a se transformar novamente em um espaço seco e vazio no qual as folhagens das árvores desaparecem, e assim a imagem de espaço do sertão permanece na memória, seco, áspero, vazio e triste.

Destaca-se também como representação literária, porém pertencente ao registro de grande acontecimento, como entende Filho (2011 p. 53) “Trata-se de representativa obra da literatura brasileira que, além de fazer parte da vertente de discurso memorialista, registra uma história de sucesso, de crítica e de público”.

A obra construiu uma lembrança viva dos fatos marcantes da campanha de Canudos, conforme nos pondera Filho (2011, p.55) “[...] a obra torna-se a denúncia de uma ação, de um “crime” contra os sertanejos. Conforme a nota preliminar escrita do próprio punho do autor [...]”. Essa revelação de um ato tão criminoso pode ser comprovada segundo os relatos competentes de Cunha (1939, p. 166) “o que me impressiona não são as derrotas – são as derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos!”.

A ação trágica traz para Euclides a rememoração de que tamanha atitude por parte da República jamais seria um ato como este, acordado por um republicano. “Nunca supus que fôssemos passíveis de desastres desta ordem!” (CUNHA 1939, p.

166). Chamado de foco monarquista, Canudos foi imputado como ameaça ao novo governo, mas reconhecida como uma fanática ingênua por Cunha.

É através das modificações, do estrago de um lugar firme que acontecem as recordações. “São as mudanças, os deslocamentos dos grupos, a perda de um meio estável em que as lembranças pudessem ser retomadas sempre pelos que as viveram”. (BOSI 1994, p. 420). E por esta razão da destruição de Canudos, espaço constituído por multidões de pessoas, que a recordação se faz presente de maneira clara na memória de quem vivenciou tal ação, pois, conforme defende Bosi (1994) a recordação é sempre a continuação do que já se trilhou.

O desempenho da lembrança, em edificação do espaço da obra em análise, gira em torno do trabalho coletivo, logo, assegura Bosi (1994) que esse trabalho da memória coletiva se desenvolve a partir dos laços de convívio. Para tanto afirmamos que Cunha origina sua escrita diante de lembranças, mesmo que não tão distante, diante de sua convivência profissional com os sertanejos e tropas republicanas durante todo o acontecimento da campanha de Canudos.

É certo que as lembranças dos fatos se destacam nas opiniões que o engenheiro expressa quando destaca o ato violento das tropas sobre a comunidade. Assim, o sertão se configura no embate entre as forças violentas das tropas militares descritas pelo jornalista.

O espaço físico em que acontece a obra, descrito pelo autor a todo o momento como ladeado com sua passagem ao povoado, é também uma comprovação que de fato as lembranças são construídas trazendo o calor do acontecimento. Entendamos que o autor percorreu por todos os lados do espaço, quando ele nos diz que,

Percorri-a, hoje, pela manhã, até certa distância, a cavalo, e entrei pela primeira vez nas caatingas, satisfazendo uma curiosidade ardente, longamente alimentada. Percebi entretanto alguns traços característicos, frisando os aspectos principais desta vegetação interessante. (CUNHA 2001, p. 76 – 77).

Percebemos assim, que o autor se faz presente em todo espaço que compõe a obra, conforme descreve na citação mencionada, Euclides vivenciou experiências primárias contentando-se a suas próprias vontades, compreendendo questões simbólicas e os feitiços fundamentais da localidade.

Este espaço seco e bruto, com o passar dos dias, também se fez fascinante perante os olhos do autor, “não há manhãs que se comparem às de Canudos; nem as

manhãs sul-mineiras, nem as manhãs douradas do planalto central de S. Paulo se equiparam às que aqui se expandem num firmamento puríssimo [...]” (CUNHA 2001 p. 120). O amanhecer em Canudos não podia ser comparado a nenhum outro amanhecer mesmo que fosse das grandes cidades, pois o que tornava o lugar radiante era a beleza do que faz o ambiente legítimo, a simplicidade do que é natural, com a pureza de não ter sido atingida, não no sentido pejorativo de guerra, pelo que é externo.

Verifique-se a localização do espaço na obra: “Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau a pique. Era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito” (CUNHA 2002, p. 213 – 214). Há uma ênfase no lugar ocupado pelos indivíduos, era tido como lugar abençoado, “sagrado”, mesmo sendo esquecido, “tapera”, e o governo amaldiçoado, significando uma espécie de luta entre o bem e o mal.

Nessa perspectiva se estão as primeiras descrições da comunidade de indivíduos que pretendiam viver sem interferências de atuação das ações governamentais do país. Um lugar que logo se deu por alargamento e povoação apressadamente, com edificação do ambiente de forma demasiada, em meio às terras desconstruídas de chão agitado e inclinado como abalos:

A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra de erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômodos, atulhando as canalhas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltado nos pendores – tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto (CUNHA 2002, p. 216).

Percebe-se que o autor distingue o aparecimento de um povo fora das esferas sociais, “civilizadas”, enfatizando também o aspecto de um lugar que, mesmo habitado, como uma “urbe”, mostra a visão de desolação, abalado por um terremoto, como se sempre estivesse em destroço, ruínas.

A construção do espaço da obra em análise incide por consequência da descrença no novo regime republicano. Assim, Canudos se tornou o lugar do imprevisto e de renúncia a essa nova era da república, espaço constituído por indivíduos dispostos a afrontarem a favor da monarquia, estimada pelos sertanejos

como o refúgio em era republicana. Seguindo, o autor apresenta a aparência do espaço quando relata que

Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto Kraal africano. A ausência de ruas, as praças que, à parte das igrejas, nada mais eram o fundo comum dos quintais, e os casebres unidos, tornavam-no como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas, e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antônio Conselheiro. (CUNHA 2002, p. 218).

Com essa analogia entre os arraiais, o autor descreve como estava sendo construído o espaço que ali abrigava um grupo de indivíduos que correspondiam e serviam ao seu fidalgo, espécie de uma enorme família a ser conduzida por um sucessor. As construções de seus habitares se deu de forma rápida e sem planejamento estrutural, “construções ligeiras, distantes do núcleo de compacto da casaria, pareciam obedecer ao traçado de um plano de defesa”. (CUNHA, 2002, p. 219).

O lugar, considerado como refúgio e abrigo para muitos indivíduos, estimado por eles como o lugar sagrado, pois “estavam salvos da pavorosa hecatombe, que vaticinavam as profecias do evangelizador. Pisavam, afinal, a terra da promessa – Canaã sagrada, que o Bom Jesus isolaria o resto do mundo por uma cintura de serras...” (CUNHA 2002, p. 219). Entende-se que o autor justifica sobre a significação da construção do povoado como refúgio e isolamento, tendo o Conselheiro como um “salvador” levando-os à Canaã, terra da promessa, diante dos problemas que os sertanejos enfrentavam.

“Emoldurava-o uma natureza morta: paisagens tristes; colinas nuas, uniformes, prolongando-se, ondeantes, até às serranias distantes, sem uma nesga de mato; [...]” (CUNHA 2002, p. 218). Figurava-se por uma paisagem acabada, deprimida, monótona, ladeada por espaços ondulantes estendendo-se a cordilheiras longínquas, despida de qualquer espécie de vegetação, o aspecto triste da natureza, considerada como morta, exhibe a ausência de vida no espaço natural por causa da seca.

Diante desta terra em que o povoado foi construído, “Canudos era uma tapera dentro de uma furna” (CUNHA 2002, p. 220), um povoamento abandonado, uma espécie de aldeia em ruínas, confirmando descrições anteriores de que a comunidade já nascia do velho.

É a partir dessa região seca e martirizada que o escritor distingue o sertanejo e o diferencia de outros tipos. A descontinuidade que o autor distingue na paisagem e na experiência social e histórica da coletividade sertaneja, delimitando a oposição entre sertão e litoral, faz com que o autor olhe de maneira inerente o homem interdependente da terra, nomeando a terra como hierarquia imprescindível para a edificação daquela população, e

É sobre estes tabuleiros, recortados por inúmeros vales de erosão, que se agitam nos tempos de paz [...]. Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão [...]. (CUNHA 2016 p. 25)

De tal modo o sertanejo é descrito que a comparação entre a aspereza do solo erosivo é tal qual sua educação rude, como que evidenciando uma relação indistinta entre homem e natureza, considerando que a forma pela qual foram “civilizados” estava entrelaçada às dificuldades, ameaças e riscos do lugar.

Além de se reconhecer aqui a relação homem/natureza, é importante notar que o povoado de Canudos não foi o primeiro a surgir como refúgio num tempo de discordância e guerra, pois,

Canudos talvez possa ser posta em posição simétrica a dos quilombos, tal como foi Palmares. É um espaço em que esses homens, esquecidos pela ordem pública, encontram na forma arcaica da superstição e da religiosidade primitiva o acolhimento em Deus. Criam, a partir daí, um lugar, um espaço socialmente ordenado, para a convivência de milhares de pessoas. A mácula desse lugar é o isolamento em relação ao estado e a ordem vigente. (SANSEVERINO, 2011 p. 39).

É possível que Canudos seja comparada, quanto o caráter de sua constituição, ao refúgio nos palmares. Um lugar de indivíduos deslembados pela ordem pública, que descobriram na maneira obsoleta da crença e da devoção inculta o amparo em Deus. Daí a construção de um ambiente isolado, sem afinidade com o estado e com a ordem em vigor para o convívio de milhares de pessoas que buscavam se separar do restante do país e de suas leis.

O povoamento do arraial de Canudos, retrucado e separado, carecia de outra forma de ação do governo para implantar tal civilização neste ambiente vulnerável. Diante desta necessidade,

A frágil comunidade de Canudos, fruto de trezentos anos de isolamento, precisava de outra reação. A civilização do litoral manda rifles e balas como única forma de moralizar, pelo aniquilamento. Canudos como Tróia de taipa requer feitos épicos para ser destruída, mas é, ao mesmo tempo, uma recriação rebaixada da tradição, que põe o Brasil abaixo da civilização. (SANSEVERINO, 2011 p. 39).

E o progresso em busca de solução para alcançar o poder perante essa comunidade, utiliza o extermínio como exclusiva maneira de impor a moralização, enviando armamentos e munições para a execução da destruição do povoado, mas, mesmo sendo uma guerra para aniquilação de ambiente composto por casebres taipais, exige feitos heroicos, tornando ainda uma reconstrução deprimida da lembrança, colocando o país aquém da civilização. Comparada à Tróia de taipa, o escritor via Canudos como um povoado cujas muralhas seriam transpostas, mas, tal qual a nação troiana, precisaria de grandes feitos, pois, ao passo que o sertanejo é rude e áspero como o solo erosivo da caatinga, é também, e por isso mesmo, resistente como sua terra.

A recordação da obra se faz presente na memória cultural do Brasil, “Os sertões ocupa lugar matricial no pensamento sobre a cultura brasileira” (PAREDES, 2011 p. 63). As descrições da tapera colossais, do arraial, do desengonçado mas forte sertanejo constituem um marco da história e na memória do brasileiro, como obra que realizou antes de muitas outras uma verdadeira denúncia dos erros governamentais, além de um olhar profundo sobre a terra e a gente sertaneja.

Assim sendo, as ações da memória na organização do ambiente/espço em *Os Sertões* ocorrem por meio dos relatos vivenciados na intensidade em que os fatos aconteciam, agrupando-se a localidade em análise com a rememoração dos casos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da memória coletiva trabalhada por Halbwachs (1990 p. 143) afirma que “o espaço é uma realidade dura”. Para readquirir fatos transcorridos necessita-se ver como é composto o ambiente do qual se cerca e onde a memória permanece. O espaço é aquele que se ocupa por onde se passa ao qual contemos acesso e que fixa nossas recordações do passado para que este reapareça no grupo da rememoração. O espaço também deve ser incluído através dos grupos geográficos como ambiente, cenário, e região que estão estreitamente ligados a memória.

É diante desta discussão que se compreende obra os *Sertões* como lugar de memória. O escritor não anseia somente fazer um registro e análise da guerra civil de Canudos no sertão da Bahia entre os anos 1896-1897, mas procura e resgata o mais essencial. Seduz o leitor a um passeio na essência dos abismos, consentindo vivenciar o embate da luta entre o poder político do país e seguidores de um anfitrião religioso que se esquivavam de seguir tal poder republicano.

Euclides da Cunha proporcionou um aporte significativo à constituição da consciência histórica brasileira. A contenção do movimento devoto rural no árido sertão da Bahia não foi o exclusivo movimento nem mesmo o mais profundo, ou com o maior número de vítimas suportado pelo país que conquistou a independência em 1822 e o regime republicano em 1889. Se a guerra de Canudos é muito mais

contemporânea na memória coletiva e na vida intelectual brasileira do que outras crises confrontáveis, então isso se carece com certeza ao livro de Cunha. Canudos jamais foi esquecida.

Ao aproximar-se das últimas páginas de *Os sertões*, assegura-se que o sertanejo é a rocha viva da nacionalidade, que a dinâmica do aniquilamento gerada contra Canudos fora procedimento do movimento anticivilizatório denunciador dos crimes que as nações são capazes de cometer contra si mesmas. O jornalista tinha atravessado a extensa passagem que vai da ficção do esquema para a altivez brotada de uma sensibilidade que honradamente buscou entender a expansão e a profundidade dos fatos acontecidos em Canudos.

Entende-se, assim, que a memória não é apenas um mecanismo de reproduzir e registrar conhecimentos, mas também pode ser utilizada como um recurso de restaurar informações e uni-las a uma maneira de constituir novos pensamentos.

Portanto, é por meio da memória que se distingue a história, pois a memória é um fluxo de pensamento contínuo e faz com que compreendamos os fatos vivenciados no passado. Dessa forma, tanto a história quanto a memória só teriam significância diante de certas determinações do presente, a memória se compõe num ato de pertinência entre os grupos, atrelando o passado ao presente e apresentando um relevante serviço ao futuro.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou São Paulo: Centauro 2003.

CUNHA, Euclides da. Canudos (Diário de uma expedição). In.: REIS, Antônio Simões. (org.) **Coleção Documentos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

CUNHA, Euclides da: **Os Sertões** (Campanha de Canudos). Ateliê/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. S. Paulo, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Canudos**: diário de uma expedição. São Paulo: Martin Claret, 2016.

CUNHA, Euclides da. **Intérprete do Brasil**: o diário de um povo esquecido [recurso eletrônico] / Maria Regina Barcelos Bettiol, AntonioHohlfeldt (Orgs). – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. 104 p.

FILHO, Luiz Armando Capra. **Os sertões, uma experiência editorial** [recurso eletrônico] / Maria Regina Barcelos Bettiol, AntonioHohlfeldt (Orgs). – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. 104 p.

HOHLFEDT, Antônio. **O repórter euclides da cunha em canudos** [recurso eletrônico] / Maria Regina Barcelos Bettiol, AntonioHohlfeldt (Orgs). – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. 104 p.

PAREDES, Marçal de Menezes. **O repertório teórico de os sertões: ensaio sobre o drible euclidiano** [recurso eletrônico] / Maria Regina Barcelos Bettiol, AntonioHohlfeldt (Orgs). – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. 104 p.

SANSEVERINO, Antônio Marcos V. **Numa volta do sertão, aqueles desconhecidos singulares** [recurso eletrônico] / Maria Regina Barcelos Bettiol, AntonioHohlfeldt (Orgs). – Dados eletrônicos – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011. 104 p.

VENTURA, Roberto. Texto apresentado pelo autor no seminário da **Área de História Cultural** realizado em 29 de abril de 1994 no IEA-USP.

https://www.ebiografia.com/euclides_cunha/ : consultado em 20-09-2017 às 14:20